



CONSTRUÇÃO

20 milhões de extras exigidos em barragem

EMPRESAS ♦ Lena e Odebrecht terão negociado com António Mexia o pagamento extraordinário **SUBIDA** ♦ Custo da barragem do Baixo Sabor disparou 55 por cento para os 760 milhões de euros

RAQUEL OLIVEIRA

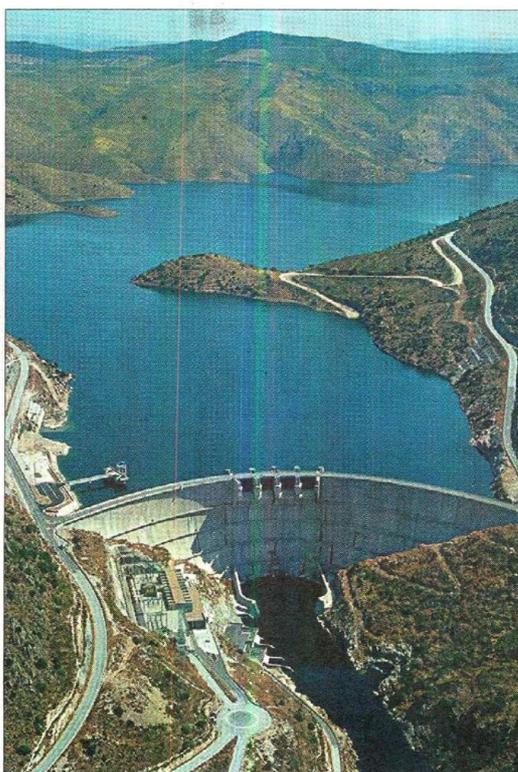
A EDP pagou o ano passado quase 20 milhões de euros às construtoras Lena e Odebrecht, alegadamente sem justificação. O pagamento terá sido acordado com o presidente da elétrica, António Mexia, numa reunião restrita, de acordo com dados avançados ontem pelo 'Público'.

A elétrica não confirma o valor do bónus, mas alega que corresponde ao pagamento de custos adicionais, resultantes de trabalhos não especificados e de atrasos na obra devido a providências cautelares contra o Estado. O que é certo é que, segundo o 'Público', este pagamento não terá caído bem entre alguns executivos da elétrica, o que levou António Mexia a pe-

SÓCRATES INCLUIU SABOR NO PLANO NACIONAL DE BARRAGENS, EM 2010

dir uma auditoria à EY Portugal ao plano de barragens da empresa. Terá sido pedida especial atenção à barragem do Sabor, cujo custo disparou para os 760 milhões de euros, um aumento de 55 por cento.

A portuguesa Lena e a brasileira Odebrecht, que trabalharam em consórcio na construção da barragem do Baixo Sabor, em Trás-os-Montes, estão sob suspeita em investigações em Portugal, no âmbito da Operação Marquês, e no Brasil, no Lava Jato, que resultou na condenação de Lula da Silva por corrupção. A barragem foi incluída, em 2010, no executivo de José Sócrates, no Plano Nacional de Barragens o que, segundo o 'Público', facilitou o acesso a volumosos benefícios. ●



Barragem do Baixo Sabor, no concelho de Torre de Moncorvo, Trás-os-Montes

É uma "área inundável" justifica elétrica

♦ A EDP alegou ontem que a zona do Baixo Sabor, em Trás-os-Montes, é "inundável" e que está a aproveitar ao máximo a retenção de água nas barragens depois do período de seca que Portugal atravessou. Trata-se da res-

posta da elétrica às queixas de uma exploração agrícola de Torre de Moncorvo que ficou com um terço da área de culturas alagada, naquela que foi a quarta inundação em cinco anos atribuída a barragens. ●

PSD sob críticas no Parlamento

♦ O PSD criticou ontem no Parlamento a taxa efetiva de IRC paga pela EDP em 2017 e ouviu, dos partidos de esquerda, acusações de incoerência face ao que praticou no governo. "Se houver insuficiências na lei, exigimos que seja realizada uma avaliação profunda", disse Leitão Amaro. ●

SAIBA MAIS

1976

A EDP - Eletricidade de Portugal, E.P., foi constituída a 30 de junho de 1976, em resultado da nacionalização e fusão das principais empresas do setor elétrico português.

Acionistas

O Estado iniciou, em 1997, um processo de privatização da EDP, tendo sido alienado 30% do capital. Cerca de oito por cento da população portuguesa torna-se acionista da EDP. Atualmente a empresa é liderada pela China Three Gorges, que a adquiriu em 2011.



António Mexia exerce as funções de presidente da elétrica

COISAS DO DINHEIRO

Armando Esteves Pereira

DIRETOR-GERAL EDITORIAL ADJUNTO

ADN de Sócrates

A notícia ontem revelada pelo 'Público' sobre o bónus de 20 milhões exigidos à EDP pelas construtoras Odebrecht e Lena, duas empresas bem conhecidas de quem acompanha os maiores processos de corrupção no Brasil e em Portugal, é mais um exemplo da maneira pouco transparente dos grandes negócios no consulado de José Sócrates. Ligações obscuras em grandes empreitadas sempre houve, não foram inventados no executivo do principal arguido da operação Marquês. Tal como a Odebrecht tem um vasto cadastro de corrupção conhecido por toda a América Latina. Mas nestes

COM SÓCRATES O GRUPO LENA PARECIA TER UM TOQUE DE MIDAS

negócios sob suspeita da barragem do Baixo Sabor, que levaram o presidente da EDP a pedir uma auditoria, notam-se algumas particularidades do ADN dos negócios no consulado de Sócrates. Entre essas particularidades há o facto de uma empresa de média dimensão conseguir disputar grandes empreitadas. Com Sócrates, o grupo Lena parecia que tinha um toque de Midas, que o fazia sobressair nos contratos em que houvesse influência do poder político. ●

DERRAPAGEM DE 55%

Outra nota relevante é a derrapagem dos custos em 55% para 760 milhões. Este custos são pagos direta e indiretamente pelos contribuintes e por toda a economia, uma vez que os custos da EDP se refletem na conta da luz. ●